

Em meados do século passado, são criadas algumas das universidades públicas do estado do Rio de Janeiro, entre as quais se encontra a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1950). Em conformidade com o discurso desenvolvimentista desse período, as universidades públicas atendiam à demanda de certa parcela da sociedade brasileira, priorizando especialmente o ensino formativo. Com o passar do tempo, contudo, essas instituições começaram a desenvolver uma visão de universidade mais ampla, orientada por uma política educacional que se alicerçava no tripé: ensino-pesquisa-extensão.

Malgrado os anos em que a política brasileira perdeu o lastro da liberdade e o pensamento e a produção universitárias foram cerceados, o referido tripé manteve-se no horizonte de grande parte das gestões administrativas do ensino público superior, tornando a universidade um espaço de produção de ponta, não só na formação acadêmica, mas também no desenvolvimento da pesquisa científica e da produção de conhecimento, além de buscar a integração permanente especialmente com seu entorno através de políticas de extensão.

Para além do ensino e da pesquisa, a extensão constitui hoje um dos pilares que sustenta a importância social da universidade pública. Por extensão, entendemos a possibilidade de a universidade expressar a sua opinião e influir no contexto social, através de políticas educacionais voltadas não só para o grande público que pode frequentar seus espaços, mas também por aqueles jovens que ainda nela não ingressaram e se preparam especialmente durante o ensino médio para isso.

Nesse sentido, o exame de Vestibular Estadual – organizado por professores docentes da própria universidade das mais diversas áreas – para o ingresso de milhares de estudantes a cada ano nos diversos cursos de uma instituição pode cumprir um importante papel relativo à extensão universitária.

A UERJ – desde a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que buscou unificar através de uma prova nacional o acesso às instituições públicas de ensino superior – manteve-se, a exemplo de outras instituições públicas como a UNICAMP, defensora de uma seleção de feição própria e de acordo com a realidade dessa instituição – a de ser uma universidade popular, localizada na zona norte da cidade, de fácil acesso a estudantes de várias partes da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Com uma experiência de mais de duas décadas, o Vestibular Estadual para acesso aos cursos superiores, realizado pelo Departamento de Seleção Acadêmica (DSEA) da Universidade, há alguns anos veio aprimorando o perfil da prova de seleção nas suas diversas áreas. À frente desse Departamento, está hoje uma equipe coordenada pelo professor, escritor e ensaísta Gustavo Bernardo Krause, que propôs, ao assumir a direção do DSEA e, em consonância com uma demanda antiga de grande parte da docência universitária, a inclusão de uma lista de livros para os exames de ingresso nos diversos cursos da UERJ. A proposta, aprovada por unanimidade pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade, visa ao estabelecimento de um diálogo integrador com a sociedade – especialmente com os estudantes e professores do ensino médio das escolas públicas e particulares, influenciando diretamente no trabalho dos professores de Língua Portuguesa e Literatura nas salas de aula, e alinhando-se desse modo com um dos tripés que sustenta a universidade: a extensão acadêmica.

A escolha dos livros literários que serão cobrados nos diversos exames de acesso, além de atender a essa política de extensão, acaba por motivar novas abordagens de leitura e da literatura nas escolas públicas e particulares, ampliando o conhecimento cultural do estudante e estimulando a leitura crítica e reflexiva, componente essencial na formação de um estudante universitário de qualquer das áreas de conhecimento: humanas, exatas, biomédicas.

Assim, ao início de cada ano, antes de se lançar o edital do processo seletivo de vagas para os diversos cursos, o Departamento de Seleção Acadêmica divulga em sua página uma série de títulos de obras das literaturas de língua portuguesa, em seus diversos gêneros, que são imediatamente abertos à consulta e votação popular, para a conformação definitiva de obras obrigatórias aos exames do ano em curso.

No que tange à prova de Língua Portuguesa e Literaturas (atual denominação da antiga prova de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira), buscou-se, na atual gestão do Departamento de Seleção Acadêmica, ampliar o universo cultural e a formação dos candidatos, incluindo-se nos exames como conteúdo obrigatório, e em anos alternados, além da Literatura Brasileira, a Literatura Portuguesa e as Literaturas Africanas em Língua Portuguesa. Nessa prova em particular, a inclusão de outras literaturas de língua portuguesa, além da brasileira, vai ao encontro do perfil de aluno que se deseja na UERJ, ou

seja, um aluno que tenha um bom repertório literário e uma visão de mundo mais ampla e crítica e que seja capaz de estabelecer associações e comparações entre universos culturais, linguísticos e literários similares, mas não idênticos.

A prova consiste em exigir do candidato a capacidade de ler e compreender textos, exprimir-se com clareza nas respostas, organizar ideias, estabelecer relações, interpretar dados e fatos e elaborar hipóteses. O que, no entanto, é o diferencial dessa prova é o fato de as questões de Língua Portuguesa e Literaturas apresentarem-se integradas, pois a língua é considerada como ferramenta para a produção de sentidos. Subjaz, assim, a essa prova uma concepção de língua que tem como hipótese fundamental a existência de “uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua e a sistematicidade de sua estrutura” (Mackenzie, 1992). A língua é vista, pois, como conjunto de opções à disposição do falante/escritor para a construção do seu texto, tendo em vista todo o seu contexto de produção.

Pautando-se, portanto, em uma obra literária de domínio público ou de fácil acesso de escritores brasileiros, portugueses ou africanos de língua portuguesa, a equipe de elaboração, ao pensar as questões da prova, objetiva que o candidato seja capaz de articular a reflexão crítica sobre conteúdos estilístico-gramaticais da língua portuguesa a questões concernentes às obras literárias dos países lusofalantes, em seus diversos gêneros, seus autores, suas inter-relações e suas múltiplas influências observadas sincrônica e diacronicamente.

Entendemos que a reflexão sobre o funcionamento da língua, em suas instâncias fonética, morfológica, sintática e/ou estilísticas seja, sempre que possível, articulada aos estudos literários em seus múltiplos aspectos (sejam eles relativos a escolas, tendências, gêneros etc.). Para tanto, a formulação de questões discursivas para a prova de Língua Portuguesa e Literaturas atende à expectativa da banca no que diz respeito à construção de uma resposta crítico-reflexiva.

Outra preocupação que norteia a elaboração da prova é a ênfase relativa que se dá à cobrança de nomeações, definições, conceitos. A banca entende ser pertinente que definições e nomeações sejam cobradas, mas sempre subordinadas ao entendimento dos conteúdos em pauta, ou seja, busca-se, sobretudo, a compreensão, a reflexão crítica sobre os processos literários e/ou linguísticos contextualizados na língua em um de seus usos mais sofisticados – o discurso literário. Ou seja: não se avalia apenas o conhecimento linguístico estrito, a mera capacidade de identificar formas e estruturas do ponto de vista da modalidade culta da língua. Do mesmo modo, não se avalia apenas a capacidade de reflexão metalinguística. Para além disso, o objetivo da prova é fazer o aluno refletir sobre o arranjo linguístico de determinado texto e suas relações com seu sentido e contexto de produção, partindo do pressuposto de que cada texto deve ser encarado como um de uma série de possíveis textualizações, estruturado a partir de opções linguísticas que também significam para além do sentido lexical das palavras. Do mesmo modo, não se exige do candidato o entendimento da literatura como uma sequência de escolas com suas devidas características. Assim, é preciso, antes de tudo, pensar as obras literárias no seu tempo e estabelecer não só o seu diálogo com a sua época, mas também a sua releitura na contemporaneidade.

Nesse sentido, o Exame Discursivo de Língua Portuguesa e Literaturas assume um papel social importante na reorientação do tratamento dado aos conteúdos de língua e literaturas do ensino médio, ao servir como uma espécie de guia para as aulas, uma vez que o candidato, para ter um bom desempenho, não pode se limitar a um estudo reducionista e descontextualizado dos aspectos linguísticos, nem a uma análise da obra que se limite à identificação da escola literária a que pertence. Em outras palavras, a preparação dos candidatos para a prova da UERJ exige que se ultrapassem as abordagens meramente descritivas e prescritivas de ensino de língua/literaturas, promovendo, de certa forma, uma substituição das práticas pedagógicas que privilegiam exclusivamente a nomenclatura dos itens gramaticais e das escolas literárias por outras que, efetivamente, levem a uma reflexão sobre a utilidade discursiva dos itens gramaticais e sua relação com a construção dos sentidos dos diferentes textos.

Esse perfil da prova da UERJ fica claramente ilustrado, por exemplo, na questão 9 do Exame Discursivo do Vestibular Estadual 2019, que leva o candidato a refletir sobre o valor semântico das conjunções **quando** e **enquanto** em um trecho da obra *O Crime do Padre Amaro*. O propósito da questão é que o candidato perceba as nuances semânticas próprias dessas conjunções e não simplesmente as classifique, até porque, apesar de serem classificadas como conjunções temporais, elas não são intercambiáveis nesse contexto de uso. A partir desse reconhecimento inicial, a questão leva o candidato a refletir sobre a escolha do autor, tendo em vista o contexto maior da obra em questão: ou seja, num ambiente corrompido moralmente como aquele retratado por Eça de Queirós, o emprego da conjunção

enquanto na fala do personagem Conde de Ribamar assume tom irônico, somente perceptível para aqueles candidatos que conseguiram conjugar a instrumentalidade de língua ao seu contexto de uso. Exploram-se, ainda, as diferentes alternativas de expressão de determinado trecho, promovendo a reflexão sobre a importância das escolhas gramaticais para a construção dos sentidos do texto.

Questão

09

Observe as conjunções sublinhadas no trecho citado (1) e em sua reescritura (2):

(1) **mas enquanto neste país houver sacerdotes respeitáveis como Vossas Senhorias, Portugal há-de manter com dignidade o seu lugar na Europa! Porque a fé, meus senhores, é a base da ordem!** (l. 12-14)

(2) **mas quando neste país houver sacerdotes respeitáveis como Vossas Senhorias, Portugal há-de manter com dignidade o seu lugar na Europa! Porque a fé, meus senhores, é a base da ordem!**

Apresente a diferença de sentido entre os dois enunciados, a partir do uso de cada conjunção.

Explique, também, o efeito de sentido produzido pelo emprego da conjunção **enquanto**, considerando a conduta do padre Amaro e do cónego Dias ao longo da narrativa.

Outra questão que exemplifica a cobrança simultânea de reflexões sobre a língua portuguesa e a literatura é a questão de número 2, na referida prova. A questão parte de uma oração para discutir a construção do texto, a partir do emprego que o autor faz da língua. Assim, na oração "Ao outro dia, na cidade, falava-se da chegada do pároco novo," a primeira cobrança parte da ideia de que o lugar do sujeito está vazio no emprego da forma verbal 'falava-se'. Em seguida, pede-se para o candidato justificar o emprego dessa construção, tendo em vista a repercussão da chegada do novo pároco na cidade. Desse modo, exige-se do candidato a leitura e a perspicácia de ter percebido o lugar destacado que é dado aos homens da igreja na pequena cidade de Leiria, em Portugal. A boa leitura do romance e sua discussão nas salas de aula do ensino médio possibilitam uma reflexão conjunta sobre as construções sintáticas usadas pelo escritor nessa narrativa.

Questão

02

Ao outro dia, na cidade, falava-se da chegada do pároco novo, (l. 1)

Na oração acima, a forma verbal seguida da partícula **se** indica que o lugar sintático do sujeito está vazio.

Justifique o emprego dessa construção, tendo em vista a repercussão da chegada do novo pároco na cidade.

Em seguida, reescreva a oração citada, apresentando outra alternativa de expressão do sujeito que mantenha o sentido da construção original.

Por fim, gostaríamos de ressaltar, voltando ao início do texto, que a prova de Língua Portuguesa e Literaturas, que constitui uma das provas do processo seletivo para ingresso na universidade, busca afinar-se com a proposta educacional do DSEA e da própria Universidade, que tenciona formar bacharéis e licenciandos críticos, com ampla bagagem cultural, além de sólida formação na sua área. Nesse sentido, a reflexão crítica, para além das conceituações e definições, é altamente desejável. A nosso ver, a capacidade de **observar, interpretar, analisar, avaliar e criar** é o que forma os indivíduos, para além dos seus saberes. Na contramão desses tempos difíceis, apostamos no humano e no que o distingue dos demais seres: o desejo de saber.

SOBRE AS AUTORAS

Claudia Amorim, Prof^a. Associada; Instituto de Letras / UERJ

Magda Bahia Schlee, Prof^a. Associada; Instituto de Letras / UERJ